

ENTRE A POBREZA E A LOUCURA: O DISCURSO PSIQUIÁTRICO, O ASILO DE ALIENADOS E AS CARTAS SOBRE A LOUCURA (1874 A 1886)

Roberta Kelly Bezerra de Freitas*

Órfãos, pobres e loucos – O espaço asilar e a ordem disciplinar.

“A mendicância forma o primeiro grau, não digo de delito, mas se pode expressar assim, de disposição para os atos que perturbam a ordem social” (CASTEL,1978, p.40). Existe uma contradição na repressão à miséria, pois como é possível aliviar a pobreza e ao mesmo tempo puni-la sem transgredir nenhuma lei de proteção à humanidade? Para Castel, isso é possível através do assistencialismo. Pois, “a repressão da mendicância pública encontra-se tão estreitamente ligada à organização da assistência pública que, sem dúvida é impossível separa-las” (CASTEL,1978, p.40).

A pobreza não foi uma invenção da modernidade, ela sempre existiu na sociedade, no entanto, as respostas em relação a ela é que mudam de época em época e de lugar para lugar (SZASZ, 1994, p.35).

Ao longo da história, a indigência foi à condição quase normal da maioria da humanidade. Porém, nas economias de subsistência e nas sociedades feudais, com as pessoas ligadas a pátria e ao clã, não havia indivíduos, no sentido atual da palavra. A homeostase das comunidades pré-modernas impedia, assim, a possibilidade de as pessoas pobres, como indivíduos indigentes, tornarem-se um problema social (SZASZ, 1994, p.35).

Na idade média a pobreza era vista como natural algo de origem divina. O pobre era parte integrante da sociedade e devia ser protegido por todos os membros da comunidade, pois ele carregava em si o sofrimento da pobreza, algo semelhante ao que sofrera Cristo. Na Inglaterra medieval, por exemplo, os hospitais eram as instituições que recebiam os pobres e os viajantes desprovidos, cujo, o sentido da palavra era dar acolhida a um hóspede ou viajante. Na transição da idade média para a idade moderna, mudou a forma de a pobreza ser representada, pois na modernidade o pobre passou a ser culpado por sua condição.

Essa mudança em relação aos pobres foi provocada pelo deslocamento da pobreza dos campos para as cidades em busca de uma ajuda financeira ou um emprego. Esse êxodo rural aconteceu por conta do processo de cercamentos no período pré-industrial da Inglaterra. Os pobres que saíram do campo eram agora indigentes desconhecidos daquelas comunidades das cidades, eram considerados forasteiros, logo não tinham laços de familiaridade com o

* Mestre em História Social – Universidade Federal do Ceará. Email: robertafreitas2001@yahoo.com.br

grupo social ao qual estavam pedindo ajuda. Nesse momento, existe uma ruptura na definição do, que passou a ser reconhecido como mendigo, miserável ou malandro.

A assistência que antes era concedida pelos moradores da comunidade passou para o poder local e algumas medidas de controle começaram a ser praticadas como, por exemplo, o senso, que organizava quem entre os pobres deveria receber doações. Sendo assim, pobreza e mendicância passaram a ser sinônimos (CASTEL, 2008).

Porém, os pobres não foram problematizados como um perigo no século XVIII por dois motivos: o primeiro de ordem quantitativa, pois ainda não era tão grande o número de pobres nas cidades; e o segundo, porque o pobre possuía uma condição de existência no interior das cidades, com pequenas incumbências como: levar cartas, despejar o lixo, dentre outros afazeres, “eles faziam parte da instrumentalização da vida urbana” (FOUCAULT, 1979, p.94).

Já no Brasil, no século XIX, Sidney Chalhaoub afirma que o pobre passou para a categoria de “*Classes perigosas*”. No início o termo estava relacionado aos grupos que estavam à margem da sociedade, constituídos de pessoas que já haviam passado pela prisão, ou àqueles que mantinham seu sustento por meio de furtos e não do trabalho. Depois das leis abolicionistas de 1888, os ex-escravos passaram a ser considerados sujeitos perigosos nos discursos dos parlamentares brasileiros (CHALHOUB, 1996, p.20). Tem início então um projeto de lei sobre a repressão da ociosidade. Todos aqueles que não tinham emprego passam a ser considerados sujeitos pertencentes às tais “classes perigosas”.

Com isso, os indivíduos pobres são considerados um perigo. “Se o cidadão modelo de uma sociedade livre de mercado é produtivo, a tendência é desprezar o adulto capaz e não produtivo como um desviante” (CHALHOUB, 1996, p.20). Esse novo modelo de sociedade exclui o pobre ocioso adulto, que deixa de ter direitos, e nesse mesmo processo inclui os insanos e os infantes que não podem se sustentar e precisam ficar sob a tutela do estado. Com isso é estabelecida uma distinção entre pobre e indigente, o primeiro como uma inferioridade social e o segundo como uma pobreza material. Aquele que é pobre sofre uma carência material e social, mas não quer dizer uma total ausência do sustento básico, já a indigência está relacionada a uma pessoa sem nenhum recurso e está, portanto, suscetível a receber auxílio ou benefícios de alguém ou do governo.

Nesta postura, o assistencialismo vem em resposta a essa indigência, criando assim uma política de assistência que ajuda os pobres dando a subsistência mínima com albergues, hospitais, asilos e ajuda sanitária. Simultâneo a esta política, gera-se outra para os indivíduos dessa sociedade, que é o “elogio da caridade”, onde a pobreza serve de instrumentalização dos



ricos para alcançar a salvação através da prática de caridade. Segundo Geremek, “O dever da caridade passa assim a determinar o comportamento individual dos cristãos na sua vida temporal, ao mesmo tempo em que faz da Igreja a gestora da misericórdia social e procuradora dos pobres” (GEREMEK, 1986, p. 29).

Na cidade de Fortaleza do final do século XIX gerou-se por parte do governo provincial uma necessidade de modernização da capital por conta de um processo econômico favorável decorrente das exportações de algodão para Europa. Este acontecimento deu um grande impulso na economia da cidade. A população passou a crescer de forma desorganizada e, com tantas mudanças, alguns projetos para controlar o crescimento urbano foram organizados por parte do governo. Um texto publicado na Gazeta do Rio pelo cronista José do Patrocínio descreve a capital da província cearense nesse período:

A topografia da cidade é de uma regularidade extraordinária. A maior parte edificada sobre um plano, guarda a disposição dos quadros de um tabuleiro de xadrez. As praças são muito espaçosas e arborizadas, as ruas perfeitamente retas, porém pouco asseadas. A noite uma boa iluminação estria cada uma delas com duas paralelas de luz. As edificações, porém, não se recomendam nem pelas suas condições higiênicas, nem pelo esmero arquitetônico. Sobressaem, porém, o edifício da assembleia provincial, o prédio do extinto Clube Cearense, o Liceu e a igreja episcopal, cujo interior é digno de nota. Tem separações para três estados: clero, nobreza e povo. Ao clero pertence de direito a capela-mor, ao povo o corpo da igreja, a nobreza uma linha de varandas com cadeiras completamente numeradas. Estas são pagas a bom preço durante a solenidade da Semana Santa, que são verdadeiras récitas em benefício (CÂMARA, 1970, p.114-115).

Os projetos para modernização e controle da expansão da cidade tinham a supervisão dos médicos que, por sua vez, contavam com a preocupação de higienizar as áreas urbanas, desobstruindo as ruas para deixar o ar passar e policiar a higiene dos habitantes, principalmente dos pobres, mendigos, prostitutas, negros e alcoólicos, que perambulavam na capital “manchando” o quadro de progresso, tão desejado pela nova elite em formação na cidade.

O mundo dos proprietários, contudo, vivia momentos de euforia. A partir de 1870, a preocupação estética com o aformoseamento de Fortaleza traduzia uma sintonia das elites locais com as novas concepções sobre o espaço urbano como um espaço público a ser por elas usufruído. A necessidade de uma organização e uma disciplinarização deste espaço implicava na imposição de novas estratégias de ordenamento social e político. Assim, a remodelação da cidade não se constituía apenas numa técnica de planejamento urbano, mas numa mecânica de controle das atividades desenvolvidas pelos diversos grupos sociais, na qual não havia lugar para miseráveis em busca de uma mutualidade perdida (NEVES, 2000, p. 20)

A expansão de Fortaleza incluía planos definidos de assistência ao pauperismo. Um grande exemplo disso foi a criação da Santa Casa de Misericórdia que teve como início da sua obra o ano de 1847, durante a presidência de Inácio Correia de Vasconcelos. A obra foi concluída em 1857, porém, o presidente naquele período, o Sr. Paes Barreto, cedeu o prédio para o funcionamento do Liceu do Ceará até 1861. Nesse mesmo ano foi contratado o primeiro médico, o Dr. Alves Ribeiro, podendo assim, de fato, inaugurar a Santa Casa de Misericórdia no Ceará (BARBOSA, 1994, p. 54-55).

Com essa contratação, o espaço recebeu o crédito de local de cura. Enquanto estava sendo dirigido pelas irmãs de caridade, era associado a um depósito para receber pobres e indigentes. Todo o sustento financeiro da instituição era por conta das inúmeras campanhas públicas realizadas pelo governo junto à população.

No Ceará, ocorreu entre 1877 e 1879, uma terrível seca que trouxe para Fortaleza um grande número de retirantes, e essa enorme migração transformou o quadro urbano e econômico da capital, assim como o atendimento à pobreza, pois surgiram diversas epidemias. A seguinte passagem da obra literária *A Fome*, do romancista e farmacêutico Rodolfo Teófilo, ajuda a compreender o período da seca de 1877,

A estrada, que até aquele ponto recebia um caminho ou outro, servia agora de grossa artéria a milhares de veredas, que nela desembocavam. O préstimo dos famintos era agora considerável. Naquela imensa procissão viam-se indivíduos de todas as idades. Acossados pela fome, seguiam caminho da Fortaleza, a reclamar a assistência pública (TEÓFILO, 1979, p.23).

A literatura ajuda a entender como as pessoas interpretavam o seu mundo, como elas imprimiam significado a ele. Sendo assim, a obra *A Fome* nos ajuda a compreender como foi o período da seca no Ceará. As caravanas de flagelados que chegavam à cidade estavam cheias de pessoas maltrapilhas e famintas. Segundo ele, todos estavam buscando uma assistência do Governo devido aos problemas causados pela seca. A capital era o local apropriado para essa ajuda, e esses retirantes exigiam uma ajuda junto ao governo. A cidade, por sua vez, não era lotada de pessoas ricas, pelo contrário,

As portas das casas começavam a se abrir e os habitantes ainda sonolentos olhavam com indiferença o cortejo de mendigos que pelas ruas desfilava. Um pouco mais nutridos do que os retirantes, contudo os seus rostos, de uma cor mortiça, atestavam de um modo veemente a pobreza da mesa. Muitos raros eram os que tinham fisionomia sadia pública (TEÓFILO, 1979, p.23).



A fim de compreender a dinâmica social de Fortaleza no final do século XIX, a pesquisa nos indicou que a classe mais abastada era formada por ricos coronéis, bacharéis-coronéis e estrangeiros casados com moças de famílias tradicionais. Havia a sociedade média composta de jornalistas, médicos, bacharéis, funcionários públicos, professores e toda camada que vivia de salários contados, todos esses em oposição à presença marcante de mendigos, escravos urbanos e pobres que habitavam a capital (PIMENTEL, 1998, p.64).

O governo da província começou a se pronunciar em relação ao estado de caos que se encontrava Fortaleza no período da seca:

Tendo aparecido entre os imigrantes existentes n'esta cidade dous casos de varíola e alguns outros de febre amarella, julguei preciso tomar, com antecedência, medidas tendentes a evitar o desenvolvimento d'essas moléstias ou, no caso couseguil-o, a minorar os seus terríveis effeitos. Neste intuito, procurei inspirar-me na valiosa opinião da illustrada corporação médica d'esta cidade, a qual, não duvidando tomar em consideração as observações que então sujeitei ao seu critério, dignou-se de suggerir-me os alvitres e medidas preventivas, que julgou reclamadas pela situação. Assim aconselhado, desde então busquei fazer com que todos os abarracamentos se conservasse o asseio possível e se evitassem essas aglomerações de indivíduos nos mesmos compartimentos, que por si sós, bastam para corromper o ar damnificar a saúde: fiz concluir algumas reformarias que se achavam em construção tratei de colher as informações precisas para poder fazer de todas as famílias emigrantes uma divisão rasoavel, de maneira a serem mais regularmente socorridas, inspeccionadas e tratadas, no caso de moléstia: e no intuito de proporcionar-lhes acomodações mais amplas e salubres, encarreguei ao engenheiro da província Dr. Themberge, a construção de um grande abarracamento composto de vastas palhoças, no lugar denominado Aldeiota, e a pouco mais d'uma milha de distancia ao sul d'esta cidade, sendo minha intenção fazer construir um outro ao norte quase a beira-mar, nos arpoadores. No dia 2 de dezembro do anno passado, anniversario natalício de S.M. o Imperador, foi lançada a primeira pedra do humanitário edificio que tem, talvez brevemente, de servir de asylo a mendicidade desvalida. Essa criação de tanto alcance e de tanto futuro para esta cidade, recommenda ao reconhecimento do publico o nome do cidadão respeitável que, por iniciativa própria e a seus esforços, conseguiu fazer chegar a termos d'execução uma idéia grandiosa, patriótica e chistã: refiro-me ao Barão de Ibiapaba. Desde seu começo, essa obra ainda não foi interrompida, sendo que por isso acha-se bastante adiantada e creio que sua execução será rápida, não só porque até agora ainda lhe não faltaram recursos pecuniários, porém ainda por ter a administração da província deliberando prestar-lhe os favores, que estão ao seu alcance (Relatório do Presidente do Ceará, 1878).

De acordo com o relatório da província, podemos perceber a presença dos médicos no que diz respeito à organização urbana da cidade. O fato de serem criados espaços para atender os pobres da seca, nos define a intenção de controle populacional por parte do governo. Os lugares escolhidos são a zona sul que ainda não era urbanizada e os locais próximo à praia onde geralmente ficavam as classes mais pobres, um exemplo dessa dinâmica é a própria topografia urbana do centro da capital, onde todos os prédios públicos estão de costa para o mar deixando assim os pobres em frente a ele. Alguns espaços asilares foram



elaborados nesse período da seca e vamos nos debruçar em três deles: a Colônia Christina, o Asilo de Mendicidade e o Asilo de Alienados São Vicente de Paula.

A Colônia Orphanológica Christina ficava localizada em Maranguape, a 45 quilômetros da capital, a colônia ficava próxima à estrada de ferro de Baturité. Antes funcionava no local uma fazenda de Cannafistula (espaço para atender aos leprosos). O objetivo da instituição era ser uma colônia agrícola para os órfãos da seca e tinha como diretor o padre José Thomaz de Albuquerque. A fazenda possuía de três a quatro quilômetros de terras. Na época, que totalizavam o valor de 30:000\$,00 réis. O terreno foi obra de doação do comendador Luiz Ribeiro da Cunha, com a ideia inicial de ser um asilo para infância desvalida. A escritura foi assinada em 9 de abril de 1880.

Quando cheguei a esta província, havia na colônia 55 orphãos recolhidos em construções ligeiras, em face da estação. Por delligencia de verba extinguo o lugar de ecônomo, cujas attribuições passaram ao director e o engenheiro e seu ajudante, podendo as obras que se fizessem para o futuro ficar a cargo do engenheiro da província ou de outro que fosse designado. Mas tarde foram transferidas para aquella Colônia as orphas maiores e menores de 14 annos, asyladas provisoriamente nas barracas de Jacarencanga, sob a direção maternal de Maria Magdalena. Estas em numero de cerca de 200 eram alimentadas à custa do Estado, enquanto os orphãos do sexo masculino foram sempre mantidos pela província. (...) O pessoal do estabelecimento compõe-se do director servindo de capelão e ecônomo, do escrivão que accumula o cargo de professor dos colonos do sexo masculino, da Regente, e de uma professora auxiliada por uma ajudante. (...) O Dr. Guilherme Studart que desde o principio da minha administração trata gratuitamente as orphãs asiladas no abarracamento da Jacarenganga foi encarregado por acto de 2 de outubro a prestar seus serviços médicos aos colonos da Colônia Christina, mediante a gratificação mensal de 50\$000. A Colônia se acha dividida em dois núcleos: o do sexo feminino com 201 educandas, nas construções provisórias a margem direita da estrada de ferro, e o do sexo masculino do lado da estação, na antiga casa da fazenda com 51 colonos (Relatório de Província do Ceará, 1881)

As secas no Ceará afetaram principalmente as famílias, que tiveram um esfacelamento gradual à medida que chegavam à capital, alguns morriam no caminho e outros adoeciam. Em meio a esses fatores surgiu um discurso de crise “moral da família”, pois o processo de migração desequilibrou a estrutura familiar, já que em Fortaleza formou-se um grande contingente de mulheres viúvas e órfãs, ou seja, sem a presença do chefe da família elas não seriam capazes de prover o seu sustento e dos familiares.

Desse modo, a criação da Colônia Christina responde bem ao propósito de moralização da família. Lá os órfãos eram adotados pelo Estado, que exerceria a função dos pais. Perdidos pela calamidade da seca, as crianças e os jovens seriam recrutados, sendo que os meninos, para o aprendizado agrícola, e as meninas, para os trabalhos domésticos.



Observemos que a ala feminina tem características do modelo familiar, onde as mais velhas cuidam das menores,

A disciplina interna dos colonos do sexo masculino esta a cargo do director, auxiliado por um mordomo e um cosinheiro. A regente é auxiliada por 5 empregados e 7 orphas maiores que fazem as vezes de censoras ou mães de família (Relatório de Província do Ceará, 1881).

Michel Foucault discute um sistema parecido com esse da colônia que é o de subvenção coletiva – trabalho – produção – lucro (FOUCAULT, 2006, p. 157), ou seja, a colônia, além de possibilitar subsídios para várias pessoas, quer em troca a produção das mesmas através do trabalho para, dessa forma, obter lucro. A própria ideia de colônia, colonos e colonização nos remetem à dominação do outro ou de um grupo. Nesta postura o órfão está reconhecidamente preso na instituição.

A mesma “mão” piedosa do assistencialismo barganha com a criança e o jovem o trabalho gerador de renda. O discurso moral do valor do trabalho está inserido nessa verdade. Eis um comentário do presidente da província,

Em minha humilde opinião o direito a assistência publica tem por correlativo a obrigação do trabalho, desde que se estende ao homem valido, e sempre que necessitado pode empregar-se em qualquer indústria. Pensando, assim, não é um direito ao trabalho de alguns socialistas que eu reconheço, mas a obrigação de retribuir serviço por serviço, pois a sociedade nada mais é do que uma troca geral de serviços dos cidadãos entre sim, e entre o Estado e os cidadãos. Não pode ser função publica a alimentação do ócio e da preguiça, nem a fomentação da mercia, da imprevidência e da mendicância pela charidade official não temperada pela organização do trabalho. Por outro lado, é contrario a dignidade do homem o receber esmola, quando elle só precisa do salário, e esta igualmente nos interesses do individuo e do Estado à conservação dos hábitos do trabalho, que a primeira lei imposta por Deus ao homem, condição essencial do desenvolvimento de todas as forças, de ordem, paz e moralidade (Relatório de província do Ceará, 1878).

A inspiração do presidente da província era a lei francesa de 1848, que reconhecia o dever da assistência aos pobres. Antes, o socorro aos pobres era um assunto religioso, e as pessoas que eram produtivas tinham a obrigação moral de ajudar aqueles que não podiam trabalhar e não conseguiam obter seu sustento. A caridade é um termo sobre o qual devemos refletir, porque ela é considerada um sentimento, uma espécie de ação altruísta de amor ao próximo, que é um termo efetivamente bíblico. A inspiração da caridade é a compaixão, mas esse mesmo sentimento conserva uma ambiguidade, pois aquele que doa, “precisa convencer-se de que está agindo em benefício do outro. Como pode ele está certo disto? Uma vez que não pode, precisa ser capaz de fechar os olhos para o sofrimento que ele causa” (SZASZ,



1994, p.23). A caridade e a filantropia são termos por vezes atrelados ao mesmo contexto, pois a filantropia é no seu conceito o “amor à humanidade”. Essas organizações humanitárias, diretas ou não ao governo em prol de ajudar quem precisa, é um trabalho com base no voluntarismo. Porém, o controle que é exercido nas instituições filantrópicas tem como referência o controle prisional, pois aqueles que são encerrados nesses espaços perdem a autonomia, ficando a cargo de quem lhe ajuda a decisão sobre seu destino. O asilo mencionado pelo presidente da província era para atender aos mendigos da seca e, ao mesmo tempo, resolver o problema do descontrole da multidão que estava vivendo na capital.

Já o Asilo de Mendicidade foi idealizado por Joaquim da Cunha Freire, Barão de Ibiapaba, devido à seca de 1877. No dia 22 de novembro desse mesmo ano o Barão procurou o presidente da província, o senhor Caetano Estelita Cavalcante Pessoa, com o desejo de amparar a pobreza na capital, cuja situação se agravava com a seca. Ele fez a oferta de dez contos de réis e comprou um terreno localizado entre a Rua do Sol (atual Costa Barros) e Leopoldina da Soledade (atual Nogueira Acioly); e a Rua do Colégio dos Órfãos (atual Santos Dumont), devendo ali o governo construir um Asilo de Mendicidade. O Presidente Estelita mandou dar início às obras com o dinheiro público e, no ano seguinte, em 1878, o Presidente José Júlio de Albuquerque Barros (que atuou como presidente no período de março de 1878 a julho de 1880), ordenou a continuação das obras e aumentou o valor dos donativos para 15 mil réis.

Depois de concluído, em 1889, quando deveria ser entregue ao bispo, para os fins a que estava destinado, um decreto de 1890 anulou o termo de doação do prédio, porque este tinha sido construído, em parte, com o dinheiro público. O asilo ficava fora do centro urbano da cidade. Com a revogação da lei, foi determinado que o referido prédio ficasse a cargo do Tesouro do Estado para posterior deliberação, e o patrimônio instituído para o asilo fosse recolhido aos cofres para posterior aplicação. Com o advento da República, o presidente Marechal Deodoro ordenou que fosse criado no local um Colégio Militar. No final, o Asilo de Mendicidade acabou não funcionando. Porém, outra instituição que poderia resolver a questão da pobreza desvalida e dos loucos estava sendo planejada.

A ideia de criar um espaço para os loucos em Fortaleza partiu dos dirigentes da Santa Casa de Misericórdia. Sendo assim, as primeiras queixas formais foram elaboradas no ano de 1874, quando a administração da Santa Casa solicitou a saída dos insanos, julgando que o espaço não era mais apropriado para os enfermos da razão. No relatório do presidente da província do Ceará do dia 12 de junho de 1874, Heráclito Alencastro da Graça (Barão de Ibiapaba), comenta o seguinte:



A mesa administrativa da Santa Casa tem projetado a construção de um edifício para nele serem recolhidos os loucos, onde estes infelizes achem se no completo restabelecimento de suas faculdades, ao menos um tratamento regular que lhes minore os efeitos, mas não dispondo dos recursos necessários vai dirigir um apelo a todos os cearenses residentes nesta província e fora dela (Relatório de província do Ceará, 1874).

Não é por acaso que o discurso relacionado à criação de um espaço para os loucos seja dirigido pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia, já que a instituição trabalha em benefício dos pobres, doentes e alienados. Considerada como um símbolo de caridade para com os desvalidos, que a mesma tivesse se ocupado de fundar um espaço para amparar os doentes da razão. A primeira proposta era a de que este espaço servisse como anexo à própria instituição, no caso a Santa Casa, cabendo assim à responsabilidade direta da mesma.

Logo depois a proposta foi lançada uma campanha da mesa dirigente da Santa Casa e da Igreja Católica para levantar fundos, apelo que combinava bem com o discurso caritativo e filantrópico de uma sociedade civilizada. E o fato não menos importante é que a cidade iria ganhar um espaço para os loucos e estaria assim afinada à nova tendência das capitais modernas, como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, que já possuíam um asilo para alienados.

A colocação da pedra fundamental do Asilo de Alienados ocorreu de fato no mês de setembro, mas especificamente no dia 7, e segundo consta nas fontes, o evento foi bastante concorrido e muitos dos benfeitores que fizeram doações até aquela data estiveram presentes.

A inauguração do asilo só ocorreu doze anos mais tarde, no dia 1º de março de 1886, quando o vice-provedor da Santa Casa, o senhor comendador Severiano Ribeiro Cunha, inaugurou o Asilo de Alienados. Há uma matéria no jornal O Libertador do dia 24 de fevereiro de 1886 que tece críticas mordazes à construção e inauguração do Asilo de Alienados no período do governo do Sr. Miguel Calmon Du Pin Almeida,

Antes do discurso para construir o Asilo de Alienados no Ceará, os loucos que ficavam na cadeia pública não eram tratados como insanos. Depois que o Asilo de Alienados foi inaugurado em 1886, no primeiro mês de funcionamento do estabelecimento, foram transferidos 14 presos para o São Vicente de Paula. O vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia, o Sr. Silva Albano, afirmou que antes da construção do Asilo de Alienados: “os infelizes loucos ou vagavam por estradas povoadas (...) no maior abandono, ou definhavam nas cadeias públicas” (OLIVEIRA, TESE, 2011, p.29).

O termo “louco” não estava presente nos documentos oficiais ou na Santa Casa, mas o louco estava presente no cotidiano da cidade e tornou-se visível quando passou a incomodar

seus moradores e mudar a normalidade do espaço urbano, principalmente durante a seca de 1877 a 1879 (OLIVEIRA, TESE, 2011, p.29).

A construção de asilos para os alienados em diversas províncias do Império revela uma estratégia dentro da sociedade burguesa moderna de organizar o seu espaço urbano, excluindo todos aqueles que não adequavam-se ao ideal de progresso. O asilo foi o instrumento desse discurso médico que estava sendo justificado pela assistência aos insanos e aos pobres.

Os três espaços criados na província abrigavam os órfãos, os pobres e os loucos, sendo que o asilo de mendicidade não chegou a servir para o seu propósito, mas o importante é que, durante o projeto do Asilo de Alienados, esses espaços estavam sendo discutidos na capital. Existia no final do século XIX, um discurso para o amparo às crianças, aos pobres e aos loucos que nos leva a pensar se esse discurso começou a existir porque esses sujeitos passaram a ser considerados um problema e um perigo para a sociedade.

O saber psiquiátrico nas “cartas sobre a loucura”

Francisco Ribeiro Delfino Montezuma nasceu em Icó (Ceará) no dia 27 de abril de 1839 e faleceu em Fortaleza em 31 de agosto de 1892, na Rua Senador Pompeu, número 115, vítima de tuberculose pulmonar. Era filho de Antônio José Ribeiro e D. Tereza Delfina de Jesus. Seus estudos de medicina começaram na Faculdade da Bahia e continuaram na faculdade de medicina do Rio de Janeiro, onde se formou. Defendeu a tese em 1º de dezembro de 1864 sobre *Blenorragia* (estudos sobre a gonorreia). A obra foi impressa na tipografia Paula Britto na Praça da Constituição no Rio de Janeiro e contém ao todo 26 páginas. Foi um dos fundadores e orador oficial do Ateneu Médico Acadêmico e médico interno da Casa de Saúde de Nossa Senhora da Glória do Rio de Janeiro.

Foi um homem de cultura científica e literária e deixou além da sua tese um trabalho sobre a operação cesárea e feticídio médico, publicado em Fortaleza na Tipografia Brasileira de J. Evangelista, na Rua Formosa, número 88, em 1868, com 25 páginas. Também são de sua autoria as traduções de escritores ingleses e italianos, que intitulou de *Ornatos Poéticos*, e uma gramática inglesa. Essas duas obras ficaram por publicar devido à sua morte, e estão inéditas até hoje. Encontramos informações no Dicionário do Barão de Studart que esses textos ficaram com um amigo do Montezuma, porém, o nome não foi revelado.

O Dr. Montezuma publicou na Gazeta do Norte, em 1882, dez artigos intitulados *Cartas sobre a loucura*, fonte essa utilizada nessa pesquisa. Nessas cartas o médico cearense

explica a origem da loucura, as monomanias (possuir uma ideia fixa) e principalmente a importância da medicina para a formação de uma sociedade consolidada em preceitos morais cristãos. O Dr. Montezuma foi deputado estadual do Ceará por três biênios: 1876-1877, 1880-1881 e 1882-1883. De acordo com algumas fontes que encontramos na Assembleia Legislativa de Fortaleza, o deputado Montezuma defendeu, em várias ocasiões, a criação do primeiro asilo de alienados do Ceará, no caso o asilo de Alienados São Vicente de Paula.

Segundo a medicina do século XIX, o corpo é o lugar de uma justaposição das doenças. O que define o estado doente é a desarmonia no interior do corpo, logo, são os excessos e a falta desse equilíbrio que correspondem a um fenômeno patológico. Eram essas as características que definiam a doença, o que de fato nos ajuda a perceber que o caráter de anormalidade está circunscrito em uma dualidade de bem ou mal, o que Canguilhem chamou de maniqueísmo médico (CANGUILHEM, 2010, p. 67). A medicina segue o contexto da cultura, já que as suas transformações nas concepções médicas acompanham as ideias da época. Esse mesmo pensamento foi expresso por Montezuma na primeira carta.

A medicina, como a philosophia tem sido o teatro de muitas revoluções intellectuaes: animismo, vitalismo, humorismo, dogmatismo, racionalismo, eclectismo, tem cada um por sua vez sido o rei de uma epocha. Hoje, porém, existe somente julgando-se cada qual o mais rico de rasão, o empire-methodismo, o racionalismo e o eclectismo. Para nós, repetimos, moléstia é uma perturbação de funcções e acto especial e complexo que executa cada aparelho da economia animal (Jornal Gazeta do Norte, 1882).

É justamente por apresentar essa postura que reconhecemos qual era o posicionamento do Dr. Montezuma sobre a causa da loucura dentre as três escolas psiquiátricas: a psicológica (a origem da loucura estava nas paixões), a somaticista (a origem estava no corpo) e a proposta, posteriormente por Falret, chamada escola interacionista (que declarava que a origem da loucura era orgânica e afetiva), que unia as duas escolas anteriores. A última definia as ideias de Montezuma sobre a loucura e sua origem. Outra passagem da segunda carta nos ajuda a perceber esse posicionamento:

Não sendo possível admitir a mais leve modificação em um ser incorporam, simples, indivisível, é mais razoável e racional atribuída a substancia passiva de alterações. Assim, para não materialisar o espírito nem espiritualisar a matéria serão as moléstias mentais para nós filhas legítimas de perturbações encephálicas, pois não será absurdo pensar que a natureza, cõnschia do importante papel que confiou ao homem sua imagem, tenha dado ao encéphalo uma disposição molecular tão perfeita, uma propriedade tão sua, em virtude do que elle pode lembrar-se do passado, conhecer do presente e prever o futuro (Jornal Gazeta do Norte, 1882).



Dentre as três concepções das escolas psiquiátricas, a interacionista vai se revelando aos poucos, na apresentação das cartas, aquela com a qual ele mais se identifica. Nesta carta ele apenas demonstra sua posição pela via somaticista, entendendo que o cérebro é o local onde se materializa a loucura. Em seguida, ele dedicou o restante da segunda carta para explicar a importância do sistema nervoso, “poderíamos demonstrar esta these fallando de cada função em particular; Mas não escrevendo nós um livro de physiologia trataremos, por ora, de estabelecer e gravar no cérebro do leitor ideias que servirão de base ao nosso trabalho” (Jornal Gazeta do Norte, 1882).

Com esse trecho da carta ele iniciou uma série de explicações sobre a estrutura do sistema nervoso e suas funções; as definições acerca da importância da medula são similares a estudos atuais, demonstrando que a medicina do século XIX aqui no Brasil, já possuía um conhecimento sobre a anatomia humana, como mostra esse trecho: “sensibilidade e motricidade pertencem ao nervo, transmissibilidade a medulla, percepção ao cérebro” (Jornal Gazeta do Norte, 1882).

Consolidemos esta interpretação ressaltando os obstáculos encontrados pela psiquiatria para se firmar como uma ciência, pois era necessário que eles encontrassem no corpo físico a causa das doenças mentais, já que, se toda análise e tratamentos estivessem depositados na escola psicológica, seria outra área de conhecimento. Talvez a psicologia fosse mais adequada a entender o fenômeno da loucura. Assim, falava-se constantemente de uma anatomopatologia do cérebro dos alienados, pois para a loucura ser considerada uma doença era necessário um quadro bem determinado de lesões cerebrais com consequências somáticas específicas para justificar também o tratamento moral. Joel Birman discute sobre esse dilema,

Para que os loucos passassem a ser objeto da percepção e da escuta médica, seria necessário que a loucura fosse tornada como uma doença. Se o médico é definido como quem possui o saber sobre as doenças, para que os loucos sejam cuidados por médicos é preciso que sejam transformados em doentes (BIRMAN, 1978, p.55).

Porém, as autópsias realizadas na França por Esquirol e outros alienistas não comprovaram lesões cerebrais nos alienados, com exceção dos casos de paralisia geral, convulsões ou epilepsias. Os critérios utilizados pela escola somaticista não eram capazes de explicar a causa da loucura (BIRMAN, 1978, p. 55). Contudo, esta negativa empírica não levou a uma anulação das teorias da escola. Esquirol continuou atribuindo que a loucura era uma alteração cerebral desconhecida, cujas causas seriam determinadas pelo comportamento moral. Em outro trecho da carta Montezuma comenta sobre isso:



Como é possível acreditar que de todos os phenomenos que o homem apresenta só os intellectuaes são independentes do organismo? Como se pode explicar a influência que as idades, sexos, temperamentos, climas, profissões, educação, moléstias exercem sobre elles, se os considerar-mos attribuidos de uma potência incorpora? (...) Por que as dyspepsias, gastralgias, palpitações de coração, esphalagias nervosas, vertigens, em uma palavra, as nevroses tanto perseguem os que fazem profissão das letras? (Jornal Gazeta do Norte, 1882).

Comentamos anteriormente que a medicina do século XIX considerava a doença como um processo natural, que o homem a carregava de forma latente no seu organismo, e quando este mesmo homem entrava em desequilíbrio por causas exteriores a ele, a moléstia surgia. Notemos que Montezuma levanta uma nova discussão, que é sobre o intelecto, pois segundo a sua fala, nem mesmo ao cérebro a intelectualidade pertence, mas ela pode ser afetada quando ocorre um desequilíbrio na função orgânica.

Penetremos um pouco mais nesse discurso analisando as suas pretensões. Se as lesões cerebrais apontadas pelos alienistas do século XIX não obtiveram comprovações reais, como eles poderiam então assegurar a alienação mental como um ramo do alienismo? O fato do intelecto do homem ser afetado quando ocorria um desequilíbrio no organismo, justificava o tratamento moral para a loucura. Sendo assim, garantiria a loucura como um ramo da medicina alienista.

O tratamento físico ainda não tinha uma consistência teórica, mas as concepções de moralidade abriram caminhos para validar o poder psiquiátrico sobre a alienação mental e, com ele, o asilo seria o espaço ideal para o tratamento dos alienados, funcionando inclusive como um espaço de cura, pois o louco estaria isolado da sociedade e da família. Para Joel Birman, a circulação dessas ideias no meio médico e no meio leigo era necessária para justificar, a todo o momento, que os loucos necessitavam de um espaço de cura, aos cuidados dos médicos alienistas. Com isso, um campo absolutamente novo foi aberto na medicina.

Utilizando a nova retórica da medicina mental, o Dr. Montezuma fez, em sua terceira carta, uma demonstração sobre como no passado, antes da medicina alienista, os loucos eram tratados por inúmeros métodos não científicos, observemos esse trecho,

Nos tempos que as formas cabalísticas, o encantamento, a idolatria, a magia, a astrologia, os sortilégios, os augúrios, as revelações, os sonhos, os amuletos, as pythonisas, os adrinhos, os illuminados, os possessos, o polytheismo com seus deozes e sua consequência necessária os gênios, os demônios, os lêmures, e outras alusões de igual, cuja ingnorância em medicina trajara aquellas vestes mentirosas para disfarçar a verdade de sua hediodez não podia um espírito serio e judicioso tentar um exame acurado e profundo sobre certos factos que, para a gloria e a sciencia e bem estar da humanidade, muito convinha estudar. O charlatanismo e a supertição de mãos dadas suffocarão em um circulo de ferro a liberdade do pensamento: alterar qualquer das leis de um paiz, combater qualquer das crenças de



uma seita, apresentar qualquer idéia que ferisse de frente qualquer dos systemas e theorias então reinantes era heresia, era loucura. Mais felizes não forão os authores nem o são quando tratão da classificação do que definindo. Divididos segundo o modo porque encarão a moléstia baseão-se uns com Pinel e Esquirol nos symptomas; Outros com Morel na etiologia; Outros finalmente com Heimot na psychologia. Qual a melhor das classificações? A esta pergunta respondemos com Falret (Jornal Gazeta do Norte, 1882).

Falret foi responsável por tentar transformar a medicina alienista em ciência, procurando retirar a psiquiatria de suas contradições entre o físico e o moral. Ele procurou construir uma teoria que explicasse a loucura em sua totalidade. Segundo seus estudos, o homem não é monolítico, pois possui uma dualidade, que é o corpo e a alma. Contemplou assim, o aspecto físico e o moral. Logo, o tratamento terapêutico era moral porque, segundo Falret, o meio dito moral age ao mesmo tempo sobre o físico, e todo meio dito físico, dirigido sobre o sistema nervoso ou sobre outros órgãos, pode e deve agir sobre o moral. A função cerebral diferia essencialmente de todas as outras funções do corpo devido a sua natureza específica: ter consciência de sua ação, ter recordações sobre o passado, fazer reflexões e, finalmente, por esse homem ter a capacidade reflexiva, ser possível agir diretamente nas suas ações para fazer a terapêutica moral (BIRMAN, 1978, p.64).

Para Montezuma, a loucura é definida em cada época, pois para cada período existiu uma definição do que era loucura e, segundo ele, apenas “o exame minucioso da vida de cada homem é o único jeito de chegar ao conhecimento exacto de seu estado mental”

Bibliografia

- BIRMAN, Joel. **A psiquiatria como discurso de moralidade**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- BARBOSA, José Policarpo de Araújo. **História da Saúde Pública do Ceará**. Da colônia a Vargas. Fortaleza: Edições UFC, 1994.
- CASTEL, Robert. **A ordem psiquiatra**. A idade de ouro do alienismo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- CÂMARA, José Aurélio Saraiva. **Fatos e Documentos do Ceará Provincial**. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1970.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.



FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. Curso dado no college de France (1973-74).

São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____ **Microfísica do poder**. Organização de Roberto Machado, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força**. História da miséria e da caridade na Europa.

Portugal: Terramar, 1986.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**. Saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fortaleza; Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

OLIVEIRA, Cláudia Freitas. **O Asilo de Alienados São Vicente de Paula e a institucionalização da loucura no Ceará (1871 - 1920)** / Cláudia Freitas de Oliveira –

Recife: O autor, 2011.

SZASZ, Thomas. **Cruel Compaixão**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome**. Violação. Rio de Janeiro: J. Olympio; Fortaleza, Academia Cearense de Letras, 1979.